

O Ativo Imobilizado, no valor de R\$ 1.377.515,57 está registrado pelo custo de aquisição corrigido, ajustado por reavaliação, e deduzido de encargos de depreciações acumuladas, calculadas a taxas usuais permitidas pela Legislação do Imposto de Renda, cujas taxas são julgadas pela administração, tecnicamente compatíveis com o tempo de vida útil econômica e estimada dos bens. No exercício de 2007 a entidade realizou reavaliação parcial dos bens do ativo imobilizado, que montou em R\$ 219.870,51, abrangendo móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática. Nos exercícios de 2008 a 2010, houve realização do saldo integral da reserva de reavaliação.

Em 2012 a entidade iniciou processo de levantamento de seu ativo imobilizado, porém, até 31.12.2014 ainda não havia concluído referido inventário, conseqüentemente não foi apresentado o controle físico, analítico e logístico do seu imobilizado. Por conseqüente, os encargos de depreciação estão sendo calculados e contabilizados com base nos saldos diretos das contas.

Até a presente data, a entidade também não nos forneceu o laudo obrigatório da referida reavaliação, contabilizada no exercício de 2007.

Em 2011 a entidade contabilizou reavaliação do imóvel da sede no montante positivo de R\$ 168.670,40, conforme Laudo de Avaliação realizado em 13.07.2011 pelo Engenheiro Marco Aurélio Bertoldi Pimpão CREA PR 7138/D. O registro foi feito em contrapartida com conta de Receita de Reavaliação de Imóvel, no resultado.

Ressaltamos que o registro contábil conflita com a Lei 11.638/2007 e posteriores alterações, as quais não permitem que sejam contabilizadas reavaliações espontâneas (assim caracterizada), a partir de 01.01.2008. Diante disso, ressaltamos o fato em nosso parecer.

Ressaltamos ainda que, conforme ICPC 10, o custo atribuído (deemed cost), somente poderia ser reconhecido na contabilidade até a data de 31.12.2010.

Reiteramos nossa preocupação quanto ao levantamento de todos os bens físicos do ativo imobilizado, bem como seja realizada a identificação física e logística, implantando controle individual no sistema de processamento eletrônico de dados, que servirá de respaldo e parâmetro para confronto com os registros contábeis.

Ressaltamos ainda a obrigatoriedade do laudo de avaliação relativo ao exercício de 2007, com o objetivo de respaldar os registros contábeis, pelo que recomendamos a regularização o mais breve possível.

Verificamos ainda a existência no Ativo Imobilizado de "Direito de Uso de Linha telefônica" no montante de R\$ 12.117,21.

A aquisição de direito de uso de linha telefônica pode ocorrer através da companhia telefônica ou através de terceiros. No primeiro caso, são emitidas ações a favor do assinante, as quais são classificadas no Ativo grupo Investimentos. No caso de aquisição junto a terceiros, sem o recebimento de ações, o valor da transação é classificado no Intangível.

Recomendamos a auditada que verifique a correta classificação para esse direito. Recomendamos atendimento à Lei 11.638/2007 e posteriores alterações, Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC's e Normas do Conselho Federal de Contabilidade, quanto a:

a) *Revisão da vida útil e econômica dos bens, com definição de novas taxas de depreciação, componentização, valor residual - CPC 27 - NBC T 19.1 - Resolução CFC 1.177/09;*  
b) *Redução ao valor recuperável de ativos - Teste de recuperabilidade (impairment) - CPC 01 - NBC T 19.10 - Resolução CFC 1.292/10;*

*No que tange a revisão da vida útil com definição de novas taxas de depreciação e testes de recuperabilidade, estes procedimentos devem ser revisados e ajustados no mínimo por ocasião do encerramento de cada exercício, evidenciando tal fato através de demonstrativo/laudo técnico.*

#### 1.1.5. Intangível

Verificar e identificar se existe mais algum ativo que possa ser reclassificado para o grupo Intangível, de forma a atender a Lei 11.638/2007 e CPC 04.

### 2. CONTAS PATRIMONIAIS PASSIVAS

#### 2.1. Passivo Circulante e Não Circulante

##### 2.1.1. Obrigações Sociais e Tributárias - Circulante

Estas obrigações estavam assim compostas:

	31.12.2014	31.12.2013
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>		
INSS a Pagar	18.322,28	15.179,07
FGTS a Pagar	17.313,81	25.769,75
<b>TOTAL</b>	<b>35.636,09</b>	<b>40.948,72</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>		
IRRF sobre salários	5.503,46	6.220,07
<b>TOTAL</b>	<b>5.503,46</b>	<b>6.220,07</b>

A entidade possui controles e documentos que comprovam a origem dos saldos, e os tributos, contribuições e encargos sociais estão sendo provisionados e pagos dentro dos prazos legais estabelecidos pela legislação.

#### 2.1.2. Fornecedores

O Balanço Patrimonial apresenta saldo de R\$ 2.043,70 que está composto da seguinte forma:

	31.12.2014	31.12.2013
<b>FORNECEDORES</b>		
Ferigon Com de Equip. de Segurança	221,70	-
SCI informática	242,00	-
G S I informática	1.580,00	-
Nossa Saúde Assistência Médica	-	2.433,16
<b>TOTAL</b>	<b>2.043,70</b>	<b>2.433,16</b>

A entidade apresentou as notas fiscais que deram origem aos valores em aberto em 31.12.2014.

#### 2.1.3. Provisões Trabalhistas - Provisão de Férias (Férias a Pagar)

A entidade não apresenta em seu balanço patrimonial provisão de férias e encargos sociais correspondentes, a qual deve ser registrada em atendimento ao regime de competência, devendo ser calculada com base no período aquisitivo adquirido pelos empregados até a data de encerramento do balanço.

Ressaltamos a falta dessa provisão em nosso relatório de opinião sobre as demonstrações contábeis.

Recomendamos que a entidade realize levantamento da real posição dessa provisão, bem como o devido registro contábil, ajustando mensalmente as variações.

#### 2.1.4. Demais Obrigações Trabalhistas

O Balanço Patrimonial apresenta saldo de Salários a Pagar no valor de R\$ 176.924,18 em 31.12.2014.

Verificamos resumo da folha de pagamento e concluímos pela regularidade do saldo em 31.12.2014.

#### 2.1.5. Parcelamentos - Curto e Longo Prazo

A entidade possui os seguintes parcelamentos:

a) FGTS no montante R\$ 297.514,68 a pagar, sendo que R\$ 2.390,20 encontra-se classificado no passivo circulante e R\$ 295.124,48 no passivo não circulante, cujo valor está sendo pago à Caixa Econômica Federal, gestora do FGTS;

b) Imposto de Renda Retido na Fonte, no montante de R\$ 89.677,53, sendo R\$ 328,87 classificado no passivo circulante e R\$ 89.348,66 no passivo não circulante, onde o valor se refere a parcelamento relativo aos exercícios de 1999, 2001 e 2003, obtido junto a Secretaria da Receita Federal - SRF e que vem sendo pago conforme termos em aditamento. Os valores de IRRF estão sendo atualizados de acordo com posição da Receita Federal do Brasil.

c) Empréstimo junto a APAE Araçongas, no valor de R\$ 150.000,00, no qual foi firmado através de contrato particular de confissão de dívida, datado de 14 de agosto de 2014, com promessa de pagamento para dia 30 de março de 2015.

Quanto a dívida do FGTS, o montante está devidamente atualizado, conforme extrato obtido junto a Caixa Econômica Federal.

A entidade possui controles e documentos que comprovam a origem dos saldos.

#### 2.1.6. Contingências Passivas

Até o término de nossos trabalhos, não nos foi fornecido relatório do jurídico com mensuração de valores estimados e probabilidade de perda ou êxito de processos de contingências passivas existentes. Diante disso, não foi possível examinar e opinar sobre os reflexos no resultado e no patrimônio líquido da entidade, com relação a estes passivos.

Recomendamos atender a NBC T 19.7 - Resolução 1.180/09 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC n. 25, no que tange a provisão e em divulgação de passivos contingentes, devendo provisionar no mínimo as contingências passivas classificadas com probabilidade de perda "provável". Recomendamos ainda verificação constante junto ao setor jurídico e órgãos públicos, informações sobre outros eventuais processos que possam existir contra a entidade, e caso existam, providenciar a imediata contabilização e/ou divulgação conforme o caso, bem como manter controle e atualização mensal das mesmas.

#### 2.1.7. Patrimônio Social

a) O Patrimônio Social da entidade é de R\$ 1.211.921,08 em 31.12.2014, (R\$ 1.409.514,15 em 31.12.2013).

b) No exercício de 2014 a entidade apurou déficit de (R\$ 197.593,07), (déficit de (R\$ 371.629,89) em 2013).

c) As mudanças ocorridas no Patrimônio Social estão demonstradas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social - DMPS, a qual é parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### 3. CONTAS DE RESULTADO - Receitas e Despesas

A APAE sobrevive de doações, parcerias e convênios que garantem a realização de suas atividades e a qualidade no atendimento aos alunos, sendo esta constituída por uma diretoria que respalda e regulamenta as ações da entidade junto à escola.

Observamos ainda um aumento significativo de 267,07% nas Receitas de Doações de Particulares e Associados. Houve uma redução de 28,67% nas Receitas com Promoções Sociais em relação ao ano anterior.

Quanto as demais contas de receitas e despesas, na data de 31 de dezembro de 2014, não constatamos qualquer anormalidade relevante que mereça comentários.

### III - CONCLUSÃO

A Entidade vem atendendo aos objetivos sociais para qual foi constituída, conforme previsto no Estatuto Social, e legislação Pública Municipal, Estadual, Federal e CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, cujos órgãos a Associação está registrada, conforme comprova o Certificado de Fins Filantrópicos sob o nº. 53.554/64.

Nosso entendimento é de que a entidade vem se empenhando para atender as normas legais, porém necessitando ainda proceder com alguns ajustes e providências de controles e documentos, conforme citados no relatório, devendo aprimorar os controles auxiliares e gerenciais, visando resguardar a fidedignidade dos registros contábeis e evitar maiores transtornos com associados e órgãos fiscalizadores.

Recomendamos verificar e adotar as providências necessárias contidas no presente relatório, principalmente no que diz respeito ao atendimento do regime de competência, de forma a evitar surpresas futuras para a entidade.

Ressaltamos que, além do cumprimento das recomendações contidas nesse relatório, a operadora deverá observar e acompanhar as mudanças introduzidas na contabilidade pela Lei n. 11.638/2007 e 11.941/2009, bem como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, além da Lei 12.101/2009 - CNAS.

As recomendações relatadas neste trabalho servem para aprimorar o controle gerencial das contas e atualizar os registros contábeis, objetivando subsidiar a Administração de medidas que resguarde a gestão no processo operacional da Instituição.

Embasados nos exames, expedimos o "Relatório de Opinião dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis".

Este relatório deve ser de uso restrito da entidade, órgãos reguladores e fiscalizadores. Sua utilização para outros fins, que não os internos é de responsabilidade desta administração. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais, subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

CPN AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR 005478/O-0

CLAUDINEY CARLOS DE OLIVEIRA

Contador CRC-PR-028.035/O-5

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Diretores, Conselheiros e Associados da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE Curitiba - Paraná

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Base para Opinião com Ressalva

Conforme Nota Explicativa "7", a entidade ainda não possui controle físico, analítico e logístico do seu imobilizado, por conseqüente, os encargos de depreciação estão sendo calculados e contabilizados com base no saldo direto das contas. Até a presente data, também não foi apresentado o laudo de avaliação obrigatório, relativo a reavaliação contabilizada no exercício de 2007. Não foi possível estimar os reflexos dessas deficiências no resultado e no patrimônio social da entidade, principalmente no que tange aos cálculos e encargos de depreciação, bem como perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") - (CPC 27 - ICPC 10 - NBC T 19.1 - Resolução CFC 1.177/09 - Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 - CPC 01 - NBC T-19.10 - Resolução CFC 1.292/10).

No exercício de 2011, a entidade procedeu com avaliação de imóvel, cujo resultado positivo no valor de R\$ 168.670,40 foi contabilizado em contrapartida com conta de receita no resultado. Referido processo está suportado por laudo de avaliação, porém o registro contábil conflita com a Lei 11.638/2007 e posteriores alterações, as quais não permitem que sejam contabilizadas reavaliações espontâneas (assim caracterizada), a partir de 01.01.2008, considerando ainda que, o reconhecimento a valor de mercado, com base no custo atribuído (deemed cost) foi permitido até a data de 31.12.2010, conforme preconiza o ICPC 10. Até o término de nossos trabalhos, não nos foi fornecido relatório do jurídico com mensuração de valores estimados e probabilidade de perda ou êxito de processos de contingências passivas existentes. Diante disso, não foi possível examinar e opinar sobre os reflexos no resultado e no patrimônio líquido da entidade, com relação a estes passivos.

A entidade não reconheceu em seu passivo, Provisão de Férias e encargos sociais correspondentes, referente aos direitos adquiridos pelos empregados até a data de encerramento do Balanço, conseqüentemente não atendendo ao regime de competência. Referido montante não estimado, se reconhecido, geraria reflexo negativo no resultado e no patrimônio social da entidade.

#### Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para Opinião com Ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros Assuntos

##### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditados, para os quais emitimos Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, com ressalvas, datado de 10 abril de 2014.

Curitiba, 25 de março de 2015.

CPN AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR 005478/O-0

CLAUDINEY CARLOS DE OLIVEIRA

Contador CRC-PR-028.035/O-5

# Anuncie seus editais neste espaço

**TRIBUNA**